



Economia e segurança no foco dos candidatos

Presidenciáveis apresentam suas ideias para o comando do país e enfatizam as pautas prioritárias, como redução dos gastos públicos, diminuição do endividamento das famílias, defesa da soberania e combate às organizações criminosas

» LUÍZA ALTOÉ / » ARMANDO HOLANDA / » DANANDRA ROCHA / » FERNANDA STRICKLAND / » ALÍCIA BERNARDES

Alinhados à principal preocupação do eleitorado, os pré-candidatos à Presidência da República têm concentrado seus discursos e planos de governo na segurança pública. Levantamento da pesquisa Nexus/BTG, de 26 de julho, reforça a relevância do tema: segurança

e violência lideram as apreensões dos brasileiros, com 30% das menções, superando áreas como saúde (25%) e corrupção (22%).

As propostas dos presidenciáveis vão de criação de um Ministério da Segurança Pública à construção de superpresídios, passando pela designação de organizações

criminosas como terroristas.

Outro ponto de destaque na corrida eleitoral é a economia. Há propostas de “tesouração” nas despesas públicas e redução de impostos, privatizações, revisão de subsídios e benefícios tributários. O endividamento das famílias também está na mira. Conforme a Pesquisa

de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), o indicador atingiu o patamar recorde de 82% em julho de 2026.

A soberania nacional ganha espaço nos programas, após as ofensivas do governo do Estados Unidos

contra produtos do Brasil — com sequências de tarifas — e a classificação de facções brasileiras como organizações terroristas estrangeiras, o que, no limite, pode implicar intervenção armada no país.

Líder das intenções de voto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) enfatiza a soberania em

seu discurso. Ele relaciona política externa com defesa. O senador Flávio Bolsonaro, candidato do PL, e segundo colocado nas pesquisas, sustenta ser o único capaz de negociar tanto com os Estados Unidos como com outras potências. A seguir, propostas dos principais postulantes ao cargo.

Soberania e combate a facções

O programa de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para um eventual quarto mandato coloca a soberania nacional e a segurança pública entre os eixos estratégicos da atuação do Estado. O documento defende maior autonomia do Brasil diante de outras potências, reforço da estrutura de defesa e ampliação da capacidade do governo federal de coordenar políticas de combate à criminalidade.

Na soberania, o texto parte de um diagnóstico de aumento das tensões geopolíticas e de enfraquecimento das regras de convivência internacional. Nesse cenário, defende que o Brasil deve “reafirmar sua soberania e preservar sua capacidade de fazer escolhas políticas e econômicas de forma independente”, sem subordinação estratégica a outros países.

O plano estabelece uma relação direta entre política externa e defesa. Segundo o texto, “não há projeção internacional soberana sem capacidade de defesa”. A proposta é combinar capacidade diplomática e poder de dissuasão, com investimentos na Base Industrial e Tecnológica de Defesa.

A indústria de defesa aparece no programa não apenas como instrumento militar, mas também como vetor de desenvolvimento econômico. O texto destaca o domínio de tecnologias sensíveis, a geração de



Miguel Schincariol/AFP

Plano de Lula ressalta o aumento das tensões geopolíticas

empregos qualificados e a possibilidade de ampliar exportações de maior valor agregado.

Outra frente apontada é a defesa cibernética. O governo pretende proteger infraestruturas críticas e bases de dados públicos, além de desenvolver tecnologias próprias para reduzir a dependência externa em áreas consideradas estratégicas.

No capítulo dedicado à segurança pública, o plano adota uma abordagem que combina repressão ao crime organizado, prevenção da violência e ampliação da presença do Estado nos territórios.

A segurança pública é classificada como prioridade nacional e, segundo o programa, deve ser baseada em coordenação federativa, integração de dados, inteligência,

prevenção e repressão qualificada. A intenção é ampliar a cooperação entre União, estados e municípios e dar ao governo federal maior capacidade de coordenação.

O programa prevê ações contra facções, milícias e redes de financiamento do crime, além do enfrentamento ao tráfico de armas, munições, acessórios e explosivos. A estratégia inclui a asfixia financeira das organizações criminosas, com integração entre órgãos de investigação e fiscalização.

Também prevê o fortalecimento do Programa Brasil Contra o Crime Organizado, das Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCOs) e do sistema de inteligência de segurança pública e Justiça criminal.

Tesouração nos gastos públicos

O plano de governo do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) apresenta uma agenda que combina redução do tamanho do Estado, corte de impostos, endurecimento das políticas de segurança pública e mudanças em áreas como educação, saúde e funcionamento dos Poderes.

O documento tem na reorganização das contas públicas uma de suas principais promessas. Flávio fala em reduzir ministérios, rever despesas, diminuir a burocracia e criar uma nova regra fiscal. A proposta econômica é apresentada como o caminho para tirar o país do endividamento.

O candidato promete um “tesouração” nas despesas públicas e redução de impostos. Também defende privatizações e concessões e pretende aproximar o setor privado de áreas como infraestrutura, pesquisa e tecnologia. Outra promessa é o programa “Minha Primeira Empresa”, voltado para quem deseja empreender.

A segurança pública ocupa um espaço central no projeto. Flávio defende que PCC, Comando Vermelho e milícias sejam classificados como organizações terroristas, além da criação de cinco presídios federais de segurança máxima e da ampliação das vagas no sistema penitenciário. O plano também prevê redução da maioria penal



Edesio Ferreira/EM/D.A. Press

Flávio Bolsonaro defende redução de impostos e privatizações

para 16 anos e punição mais severa para determinados crimes. Para as violências sexuais, defendeu penas mais duras e mencionou a castração química de estupradores.

Para as mulheres, uma das propostas é uma assistente virtual de inteligência artificial chamada Maria, uma plataforma integrada ao Gov.br para concentrar serviços destinados ao público feminino, ampliação de espaços de acolhimento e aluguel social para vítimas de violência.

O pacote também prevê vouchers que poderiam ser utilizados para creches, qualificação profissional e outras necessidades relacionadas à autonomia financeira. Flávio ainda propôs ampliar o acesso à internet, facilitar crédito

e empreendedorismo e criar o programa “Saúde para Elas”, com maior acesso a exames preventivos e integração dos prontuários.

O plano destaca mudanças na relação entre os Poderes. Flávio defende limitar decisões individuais de ministros do Supremo Tribunal Federal, restringir determinadas formas de acesso à Corte, acabar com o foro privilegiado e extinguir a possibilidade de reeleição para presidente da República.

Na política externa, Flávio tenta apresentar uma imagem de candidato capaz de reconstruir relações comerciais. Ele afirma ser o único nome na disputa com capacidade para negociar com Estados Unidos, China, Israel, Índia, Argentina e países do Oriente Médio.

Presídios e anistia

O plano de governo de Ronaldo Caiado (PSD) para a Presidência tem na segurança pública o principal cartão de visitas. O candidato propõe criar o Ministério da Segurança Pública e uma legislação específica para enquadrar facções e milícias como organizações de “terrorismo doméstico”.

A ofensiva contra as facções prevê ainda uma mudança no sistema penitenciário. Caiado quer construir 40 unidades de segurança máxima e criar uma rede nacional para concentrar lideranças criminosas, separando presos de acordo com o papel desempenhado dentro das organizações. A estimativa apresentada pelo candidato é de cerca de R\$ 3 bilhões para a construção das unidades.

Na economia, a proposta é de ajuste sem aumento sucessivo da carga tributária. Caiado defende um “Orçamento da Verdade”, revisão de subsídios e benefícios



Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press

Caiado pretende construir 40 presídios de segurança máxima

tributários, contenção do crescimento das despesas obrigatórias e combate aos supersalários.

Além das propostas, há uma agenda política que acompanha a construção da candidatura: Caiado anunciou que seu primeiro ato na função será conceder uma anistia “ampla, geral e irrestrita” aos golpistas do 8 de Janeiro, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado.

Máquina enxuta

O plano de governo de Romeu Zema (Novo) prevê o enquadramento de facções como organizações terroristas. O ex-governador de Minas também propõe a construção de superpresídios de segurança máxima em regiões remotas para isolar lideranças criminosas.

As propostas para a segurança pública incluem, ainda, o endurecimento do Código Penal — com aumento de penas e o fim da progressão de regime —, a redução da maioria penal e a atuação integrada das Forças Armadas com as polícias estaduais e a Polícia Federal para retomar áreas dominadas por grupos organizados.

Além da reforma no Judiciário e na Previdência, o plano de Zema prevê mudanças na administração pública, enxugando a estrutura do governo federal, reduzindo o número de ministérios, cortando cargos comissionados e revisando autarquias e fundações.



Assessoria do Zema

Zema: privatizações e redução no número de ministérios

Ele ainda defende a privatização de todas as estatais.

O ex-governador propõe um regime alternativo à CLT. A proposta permite que empregador e empregado negociem diretamente o modelo de contratação, ajustando salários, jornadas e férias.

As apostas on-line também passarão pelo crivo do candidato. Ontem, ele declarou que seu primeiro ato, caso seja eleito, será “acabar com as bets”.

Relações de trabalho

O candidato à Presidência Renan Santos (Missão) defende mudanças profundas na legislação trabalhista. Ele propõe que a remuneração seja por hora trabalhada.

A proposta prevê flexibilidade para empregadores e trabalhadores e uma redução das contribuições previdenciárias. O Missão estabelece como prioridade inicial a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para a desindexação dos benefícios previdenciários e assistenciais do salário mínimo — reajustando-os apenas pela inflação —, a desvinculação dos pisos da saúde e educação, a revisão do abono salarial e o corte de incentivos fiscais. Com a proposta, a legenda projeta uma economia de R\$ 1,1 trilhão até 2031.

Renan ainda se posicionou contra o fim da escala 6x1. Na avaliação dele, a redução da jornada elevaria os custos para empresas de



Material cedido ao Correio

Renan Santos se posicionou contra o fim da escala 6x1

comércio e serviços em um cenário de juros elevados.

Ele também atacou a expansão das apostas esportivas, dos cassinos on-line e do que chamou de “cultura do tigrinho”. Segundo o candidato, os jogos estariam associados à perda de produtividade e a problemas de saúde mental. Ele classificou as bets de “uma droga pior do que o crack” e criticou a divulgação desse tipo de atividade por influenciadores e personalidades públicas.